Maquela do Zombo — Esquartelada de branco e amarelo. Cordões e borlas de prata e ouro.
 Mucaba — Esquartelada de branco e negro. Cordões e borlas de prata e negro.
 Nambuagongo — Esquartelada de branco e negro. Cordões e borlas de prata e negro.
 Negage — Esquartelada de preto e vermelho. Cordões e borlas das mesmas cores.
 Noqui — Esquartelada de azul e vermelho. Cordões e borlas das mesmas cores.
 Nova Caipemba — Esquartelada de amarelo e branco; em listel vermelho as palavras «Batalha de Ambuíla — 29 de Outubro de 1665». Cordões e borlas de prata e ouro.
 Quibaxe — Esquartelada de verde e negro. Cordões e borlas das mesmas cores.
 Quimbele — Esquartelada de amarelo e branco. Cordões e borlas de ouro e prata.
 Quitexe — Esquartelada de amarelo e negro. Cordões e borlas das mesmas cores.
 Santa Cruz — Esquartelada de amarelo e negro. Cordões e borlas de ouro e negro.
 Santo António do Zaire — Gironada de amarelo e vermelho. Cordões e borlas de ouro e vermelho.
 Sanza Pombo — Esquartelada de amarelo e branco. Cordões e borlas de prata e ouro.
 S. Salvador do Congo — Amarela. Cordões e borlas de ouro.
 Songo — Esquartelada de verde e negro. Cordões e borlas das mesmas cores.

§ único. Fica autorizado o governador geral de Angola a mandar inscrever nas bandeiras atrás mencionadas, ou em quaisquer outras já anteriormente concedidas, os nomes dos aglomerados populacionais, situados nas respectivas áreas administrativas, que não possuam brasão próprio e se hajam notabilizado pelos motivos evocados nesta portaria.

3.º Os selos a usar pelas câmaras ou comissões municipais e juntas locais devem apresentar os elementos do brasão, sem referência aos seus esmaltes e metais, dentro do listel circular, com os dizeres que identifiquem a autarquia a que respeitem.

Ministério do Ultramar, 15 de Março de 1962. — O Ministro do Ultramar, *Adriano José Alves Moreira*.

Para ser publicada no *Boletim Oficial* de Angola. — *A. Moreira*.

Direcção-Geral do Ensino

Portaria n.º 19 077

Considerando que na província de Moçambique se verifica a necessidade de protecção ao desporto e de adopção de medidas idênticas a algumas que motivaram em Angola a publicação do Diploma Legislativo Ministerial n.º 71, de 25 de Outubro de 1961;

Sob proposta do governador-geral de Moçambique; Usando da faculdade conferida no n.º 3.º e § 1.º do artigo 150.º da Constituição;

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Ultramar, tornar extensivo à província de Moçambique o artigo 2.º do Diploma Legislativo

Ministerial n.º 71, de 25 de Outubro de 1961, de Angola.

Ministério do Ultramar, 15 de Março de 1962. — O Ministro do Ultramar, *Adriano José Alves Moreira*.

Para ser publicada no *Boletim Oficial* de Moçambique. — *A. Moreira*.

MINISTÉRIO DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA

Direcção-Geral de Saúde

Portaria n.º 19 078

Devendo começar em breve a ser distribuído o 1.º suplemento à *Farmacopeia Portuguesa*, nas condições expressas no Decreto-Lei n.º 42 824, de 28 de Janeiro de 1960, é oportuno reforçar com novas providências a garantia de que as substâncias medicinais chegam ao público em boas condições de pureza e actividade.

Embora, na verdade, pertença ao farmacêutico assumir a responsabilidade relativamente à qualidade dos produtos que fornece, não se afigura demasiada cautela estabelecer certas práticas destinadas a facilitar a fiscalização sanitária, em ordem a estender essa responsabilidade a outros intervenientes no ciclo económico dos produtos, quando for caso disso.

Nestes termos, de harmonia com o disposto no § único do artigo 24.º do Decreto n.º 17 636, de 19 de Novembro de 1929:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Saúde e Assistência, o seguinte:

1.º Os produtos medicamentosos importados a granel para serem fraccionados pelo importador deverão ser acondicionados em instalações convenientes e sob vigilância técnica adequada, usando embalagens apropriadas às suas condições de conservação.

2.º Dos rótulos dessas embalagens deverão constar:

a) A indicação do importador que procedeu ao fraccionamento;

b) A declaração de que o produto satisfaz às características da *Farmacopeia Portuguesa* ou é próprio para usos farmacêuticos, quando nela não venha inscrito;

c) O número do boletim referente à análise feita ao produto.

3.º Fica proibido colocar em Portugal rótulos fornecidos por fabricante estrangeiro.

4.º Os produtos medicamentosos importados em embalagens originais do fabricante para serem entregues intactas ao consumidor devem ser acompanhados de certificados de análise do produto efectuada na origem, fazendo-se dela expressa menção no respectivo rótulo.

§ único. Poderá o importador, por etiqueta ou marca, indicar na embalagem destes produtos que estes também foram analisados em Portugal.

5.º Nos fornecimentos de produtos medicamentosos em quantidades inferiores ao conteúdo das menores embalagens usuais deve o armazenista, além do rótulo, indicar, por etiqueta ou marca, que o produto satisfaz à *Farmacopeia Portuguesa* ou é próprio para usos farmacêuticos, quando nela não venha inscrito.

Ministério da Saúde e Assistência, 15 de Março de 1962. — O Ministro da Saúde e Assistência, *Henrique de Miranda Vasconcelos Martins de Carvalho*.